

A história do livro e da leitura no Brasil Colonial: balanço historiográfico e proposição de uma pesquisa sobre o Romance

*Luiz Carlos Villalta**

Desde a década de 80 do século XX, inúmeros historiadores e pesquisadores de diferentes áreas, mormente da literatura, da lingüística e da educação, vêm desenvolvendo pesquisas sobre o livro e a leitura no Brasil Colônia. É objetivo deste artigo fazer um balanço dessa produção acadêmica, motivo pelo qual, primeiramente, indicarei a perspectiva comum à mesma, mostrando sua presença antes mesmo da circulação das investigações estrangeiras que hoje nos servem de modelos. Depois, analisarei as investigações realizadas pelos precursores, cujos trabalhos foram publicados antes da década de 80 do século passado. Em seguida, avaliarei os trabalhos desenvolvidos no Brasil dos anos 80 até hoje que têm como objeto o livro e/ou a leitura no período colonial. Por fim, proporei uma pesquisa sobre o Romance.

Uma perspectiva que vem de antes, até mesmo dos modelos externos...

Os trabalhos recentes partem de um pressuposto, mais ou menos comum, sintetizado com muita clareza por Roger Chartier: a compreensão de que a história dos livros e da leitura requer que se focalize atentamente a tensão entre o poder do livro sobre o leitor e a liberdade e inventividade deste último na produção de sentidos no contato com os textos¹. Segundo Chartier, por conseguinte, a história das

* Professor adjunto do Departamento de História da UFMG, Doutor e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, é Bolsista de Produtividade do CNPq e pesquisador do projeto temático "Caminhos do Romance no Brasil: séculos XVIII e XIX", financiado pela FAPESP e coordenado pela Profa. Márcia Azevedo Abreu (Unicamp).

¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 121.

práticas de leitura compreende, de um lado, a linha dos estudos sobre as estratégias usadas pelos autores e editores para impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada; e, de outro, aquela dos estudos que se voltam para a diversidade de leituras antigas². Nos termos de Robert Darnton, a “história dos livros” volta-se para o circuito de comunicação que vai do autor ao editor (ou ao livreiro), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor e chega ao leitor, o qual encerra o circuito (na medida em que o autor, o ponto de partida, também é um leitor)³. Cada fase desse processo, suas inter-relações e o processo como um todo, em suas variações no tempo e no espaço, e em suas relações com outros sistemas (econômico, social, cultural, político), constituem objeto de interesse da história dos livros. Trata-se, como quer a historiadora luso-brasileira Maria Beatriz Nizza da Silva, de tomar o livro como fato social – isto é, objeto de escrita e leitura mas também de venda, compra, colecionamento; motivo de censura, crítica e classificação; vítima de esquecimento ou algo retido pela memória coletiva⁴.

Essa perspectiva que, ao mesmo tempo, contempla a tensão entre o poder do livro e a inventividade do leitor, o amplo circuito de comunicação que vai do autor ao leitor, em suas conexões com sistemas e processos mais amplos, o livro como fato social, prensado entre a imposição da ortodoxia do texto e a diversidade de leituras, viceja, no Brasil, *avant la lettre*: desde o período compreendido entre fins da década de 60 e fins da década de 70, vêm se desenvolvendo trabalhos que, em menor ou maior grau, a consagram. Nesse período, foram publicados os livros e/ou artigos de Katia de Queirós Mattoso, Rubem Borba de Moraes e Maria Beatriz Nizza da Silva: Mattoso, em sua obra *Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano* (1969), localizou as edições francesas dos textos que influenciaram diretamente os conjurados baianos de 1798 (● *Orador dos Estados Gerais de 1789*, de Jean-Louis Carra, *Fala de Boissy d'Anglas* – 30 de janeiro de 1795, *Aviso de Petesburgo* – Fevereiro de 1796 e *Les ruines ou méditation sur les révolutions des empires*, de Volnay), comparando-as com as apropriações feitas pelos leitores conspiradores na Bahia⁵; Moraes, em *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial* (1979), percorrendo parte do amplo circuito aludido por Darnton, analisou as bibliotecas, o comércio livreiro, a censura e

² CHARTIER, Roger, *op. cit.*, p. 123.

³ DARNTON, Robert. ● *beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História*, São Paulo, 46 (94): 441-457, 1973.

⁵ MATTOSO, Katia de Queiros. *Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*. Salvador: Editora Itapuã / Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, 1969.

as tipografias no período colonial⁶; Nizza da Silva, em suas várias publicações – “A livraria pública da Bahia em 1818: obras de história”, “Livro e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821”, “Uma biblioteca científica brasileira no início do século XIX” e *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro - 1808-1821*, editados respectivamente em 1971, 1973 e 1979 –, desenvolveu uma reflexão teórica sobre a história do livro e, ainda, estudos sobre bibliotecas na Bahia e no Rio de Janeiro e sobre o comércio livreiro nessa última cidade⁷.

Os pioneiros: muito antes dos anos 80

A história do livro no Brasil Colonial, na realidade, deve muito aos trabalhos dos pioneiros, produzidos décadas antes, sobretudo em termos das preocupações e das fontes: Alcântara Machado (1929), Carlos Rizzini (1946), Eduardo Frieiro (1957), Sílvio Gabriel Diniz (1959) e Luís Henrique Dias Tavares (1959). Quanto às preocupações, cabe destacar, em *Vida e Morte do Bandeirante*, de Alcântara Machado, a compreensão do livro como um elemento da vida cotidiana⁸; em *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil (1500-1822)*, de Carlos Rizzini, a cobertura do circuito de comunicação que vai da produção do livro e dos jornais, passando pela censura e pela educação, até as academias literárias, aproximando-se assim dos leitores⁹; em *O Diabo na Livraria do Cônego*, de Eduardo Frieiro, a análise da composição da biblioteca do cônego Luís Vieira da Silva, implicado na Inconfidência Mineira de 1789, abrindo caminho para a apreensão de uma fresta das “leituras antigas”¹⁰; em “Bibliotecas setecentistas nas Minas Gerais” e “Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII”, de Sílvio Gabriel Diniz, o estudo da composição das bibliotecas

⁶ MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979. Esse mesmo autor produziu, dez anos antes, um importante repertório dos livros publicados por autores nascidos no Brasil no período colonial: MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial: catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808*. São Paulo: IEB, 1969.

⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978; Idem, A livraria pública da Bahia em 1818: obras de história. *Revista de História*, São Paulo, 43 (87): 225-239, 1971; Idem, Livro e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821. *Revista de História*, São Paulo, 46 (94): 441-457, 1973; e Idem, Uma biblioteca científica brasileira no início do século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, (14): 137-148, 1973.

⁸ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1980.

⁹ RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

¹⁰ FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na livraria do cônego*. 2 ed. rev. e aum. São Paulo: EDUSP: Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

mineiras do século XVIII e do comércio do livro na Vila Rica da Colônia, abarcando parte do circuito de comunicação que tem como centro o livro¹¹; e, por fim, em *Introdução ao Estudo das Idéias do Movimento Revolucionário de 1798* (1959), de Luiz Henrique Dias Tavares, a busca das origens das idéias presentes na Conjuração Baiana de 1793-1798, indo de uma ponta a outra do circuito, isto é, dos livros aos leitores, em sua relação tensa¹². A esses estudos é possível acrescentar ainda os desenvolvidos por Myriam Éllis (1957) e Clado Ribeiro de Lessa (1946), de menor relevância: Éllis praticamente limita-se a parafrasear e transcrever o que encontrou nas fontes¹³, enquanto Lessa apresenta um panorama bastante impressionista sobre as bibliotecas coloniais¹⁴. Quanto às fontes, tais historiadores apontaram os caminhos seguidos até hoje pelos pesquisadores contemporâneos da história do livro e da leitura no Brasil Colonial¹⁵, revelando a riqueza contida na legislação, nos seqüestros dos bens das pessoas envolvidas nas Conjurações do século XVIII, nos depoimentos prestados pelos diversos conjurados nas devassas, nos inventários *post mortem*, nos conteúdos das próprias obras literárias, nos relatos de viajantes e cronistas, nos relatórios governamentais, nos catálogos de livros, nas listas de obras

¹¹ DINIZ, Sílvio Gabriel. Bibliotecas setecentistas nas Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, (6): 333-344, 1959 e Idem, Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII. *Kriterion*. Belo Horizonte, (47/48): 180-198, jan./jun de 1959.

¹² TAVARES, Luís Henrique Dias. *Introdução ao estudo das idéias do movimento revolucionário de 1798*. Salvador: Livraria Progresso Editora/ União Baiana dos Escritores, 1959. Do mesmo autor, veja também: Idem, *História da sedição intentada na Bahia em 1798: a conspiração dos alfaiates*. São Paulo: Pioneira, 1975.

¹³ ÉLLIS, Myriam. Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, (30): 387-447, abr. jun. 1957.

¹⁴ LESSA, Clado Ribeiro de. As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais: apontamentos para um estudo histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, (191): 339-345, 1946.

¹⁵ Veja, dentre outros, não se atendo apenas à historiografia brasileira, mas abrangendo também estudos portugueses: ALMEIDA, Ângela Mendes de. *O Gosto do Pecado: Casamento e Sexualidade nos Manuais de Confessores dos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992; MARQUILHAS, Rita. *A Faculdade de Letras: Leitura e Escrita em Portugal no século XVII*. [Tese de Doutorado]. Lisboa: Faculdade de Letras, 1996; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha. *O Livro e a Leitura no Porto no Século XVIII*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão/ Fundação Eng.º António de Almeida, 1994; Idem. Bibliotecas e Leituras do Clero do Porto (1769-1770). *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*. Évora, 1994; JOBIM, Leopoldo Collor. O Santo Ofício da Inquisição no Brasil setecentista: estudo de uma denúncia. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 13 (2): 195-213, dez. 1987; LIMA, Lana Lage da Gama. Aprisionando o Desejo: Confissão e Sexualidade. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 67-88; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Livraria Pública da Bahia em 1818: obras de História, *op. cit.*; e LEITE, Paulo Gomes. A Maçonaria, o Iluminismo e a Inconfidência Mineira. *Revista Minas Gerais*. Belo Horizonte, (33): 18-23, jan. 1991.

encaminhadas ao aparato censório português após 1768, nos róis de livros retidos nas alfândegas, na documentação inquisitorial e nas correspondências.

Dos anos 80 aos dias de hoje

A historiografia estrangeira sobre o livro e as práticas de leitura, desde fins dos anos 1980, vem tendo um grande impacto no Brasil, influenciando direta e decisivamente a realização de várias investigações sobre o tema no período colonial. Essas investigações baseiam-se nas fontes sugeridas nos estudos dos pioneiros, porém, em alguns casos, recorrem também às listas de livros enviados de Portugal para o Brasil e vice-versa e a outros documentos que fazem parte do fundo da Real Mesa Censória, nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, e, ainda, ampliam o universo de inventários *post mortem* examinados. Dentre essas investigações mais recentes, as desenvolvidas por Jorge de Souza Araújo, Lana Lage da Gama Lima e Ângela Mendes de Almeida, revelam menor sintonia com a abordagem da historiografia estrangeira sobre o livro e a leitura. Jorge de Souza Araújo defendeu, em 1988, uma gigantesca tese de doutorado sobre as bibliotecas, o comércio livreiro e o perfil do leitor em toda Época Colonial, publicada como livro em 1999. Nesse trabalho, Araújo demonstra vasta erudição e apresenta uma enormidade de fontes, mas desenvolve análises limitadas, sem aprofundamento na interpretação quantitativa e qualitativa dos dados empíricos sobre os livros encontrados nas bibliotecas coloniais, do século XVI aos inícios do XIX¹⁶. Lana Lage da Gama Lima (1986) e Ângela Mendes de Almeida (1992)¹⁷ realizaram investigações que se limitaram à análise dos conteúdos de manuais de confissão, fugindo ao propósito das mesmas aproximar-se das práticas de leitura ou das apropriações que os mesmos motivaram.

Outros historiadores, contudo, vêm desenvolvendo pesquisas com perspectivas mais amplas. Apresentando maior sofisticação teórica e/ ou recorrendo a procedimentos de quantificação mais apurados, tais pesquisas têm privilegiado o estudo da censura, da circulação de livros e das bibliotecas coloniais, nesses dois últimos casos restringindo-se a uma circunscrição geográfica menor que a totalidade representada pela América Portuguesa ou a acervos de propriedade de figuras ou instituições eminentes do passado colonial. Nessas pesquisas, sobressai a preocupação em estabelecer conexões entre o universo do livro e os sistemas ou movimentos políticos que lhes são coevos,

¹⁶ ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA, Ilhéus, 1999.

¹⁷ ALMEIDA, Ângela Mendes de, *op. cit.* e LIMA, Lana Lage da Gama, *op. cit.*

ou então, a preocupação em demarcar o perfil do leitor e o lugar dos livros de Belas Letras. Lúcia Maria B. P. das Neves, em conjunto com Tânia Bessone Ferreira, em 1989, desenvolveu uma pesquisa sobre a censura nos inícios do século XIX¹⁸ e, entre 1989 e 2002, deu prosseguimento à mesma isoladamente, atendo-se também ao período que se estende da chegada do Príncipe Regente Dom João aos primeiros anos do Império¹⁹. Em 1992, publicou um artigo sobre o comércio livreiro no Brasil, com destaque para a atuação dos livreiros franceses, entre 1808 e 1822²⁰, motivo de análise quantitativa, feita a partir de dados colhidos na *Gazeta do Rio de Janeiro*, e sobre a censura no período joanino e inícios do império. Leila Mezan Algranti, em capítulo editado em 1995, estuda o conteúdo e a composição de bibliotecas nos recolhimentos carmelitas no Brasil, com o propósito de identificar a ortodoxia do texto e as condutas que se queriam impor às mulheres; ao mesmo tempo aproxima-se da diversidade das leituras passadas²¹. Em estudo publicado em 2002, Algranti analisa a censura no período joanino²². O historiador Paulo Gomes Leite desenvolveu vários estudos, publicados entre 1989 e 2000, sobre bibliotecas mineiras coloniais, procurando associá-las com movimentos filosóficos e/ ou políticos mais amplos, como o Iluminismo, a maçonaria e a Conjuração Mineira de 1789²³. Álvaro de Araújo Antunes, em 1998

¹⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & BESSONE, Tânia. O medo dos 'abomináveis princípios franceses': a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 4 (1): 113-119, jan. jun. 1989.

¹⁹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Um silêncio perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823). In: CARNEIRO, Maria Luísa (org). *História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp, 2002, p. 121-153; Idem, Censura, Circulação de Idéias e Esfera Pública de Poder no Brasil, 1808-1824. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra (33): 665-697, 1999; Idem, Ingerência do poder público na produção das idéias: a censura no Brasil no início dos oitocentos. In: TRONCOSO, Hugo Cancino, KLENGEL, Susanne, LEONZO, Nanci (eds.). *Nuevas perspectivas teóricas y metodológicas de la Historia intelectual de América Latina*. Vervuert Iberoamericana, 1999, p. 211-230.

²⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Comércio de livros e censura de idéias no Brasil: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822). *Ler História*, Lisboa, (23): 61-78, 1992.

²¹ ALGRANTI, Leila Mezan. Os livros de devoção e a religiosa perfeita: normatização e práticas religiosas nos recolhimentos femininos no Brasil colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 109-124.

²² Idem, Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI. In: CARNEIRO, Maria Luísa (org). *História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp, 2002, p. 91-119.

²³ LEITE, Paulo Gomes. Leitores e Leituras em Mariana nos séculos XVIII e XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte (24): 217-226, ago. 2001; Idem, Pornografia, subversão e ateísmo na biblioteca de um cientista do Tijuco. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*

e 2000, realizou estudos sobre a biblioteca do Dr. José Pereira Ribeiro, importante advogado em Mariana, nas Minas Gerais do final do Setecentos, tendo, recentemente estendido sua análise a bibliotecas de outros advogados e, de resto, procurado relacionar as práticas advocatícias aos livros possuídos pelos doutores e à formação acadêmica dos mesmos²⁴. Thábata Araújo de Alvarenga, em 1999, elaborou a monografia de bacharelado intitulada “O Universo das Letras em Vila Rica Colonial (1750-1800)” e, em 2003, defendeu a primorosa dissertação *Homens e Livros em Vila Rica (1750-1800)*: se na monografia, fez seu *début* na história do livro e da leitura, trazendo subsídios para a análise da composição das bibliotecas em Vila Rica, no trabalho seguinte, contribuiu decisivamente para a compreensão do comércio livreiro, da posse de livros e do acervo das bibliotecas na antiga capital de Minas Gerais, revelando em que medida à tradição mesclava-se a inovação, o que se evidenciava, de um lado, na pouca presença numérica de livros de pensadores das Luzes e, de outro, na difusão da posse de obras que tinham um sentido eminentemente prático para seus leitores²⁵. Maria Beatriz Nizza da Silva, em 1999, publicou o livro *Cultura-Brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil*, dentro do qual há dois capítulos relacionados à história da leitura e do livro no Brasil Colonial: em “A cultura religiosa”, ao focalizar os libertinos e os pedreiros-livres, a autora trata das práticas de leitura, mostrando exemplos de leituras de livros de ilustrados como Voltaire e Bielfeld, e, no capítulo “Livros e Leituras”, com base em documentação variada, analisa a composição de algumas bibliotecas privadas e

de Minas Gerais. Belo Horizonte (23): 222-236, abr. 2000; Idem, As relações entre a Maçonaria do Brasil e de Portugal no século XVIII (mimeo); Idem, Revolução e heresia na Biblioteca de um advogado de Mariana. *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 8 (1-2): 153-166, jan./dez. 1995; Idem, A propagação do Iluminismo em Minas Gerais. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 (13): 24-27, jan. 1989; Idem, A cultura no Tijuco no resgate do Iluminismo em Minas. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, (14): 22-26, mar. 1989; Idem, A maçonaria, o Iluminismo e a Inconfidência Mineira. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, (33): 18-23, jan. 1991; Idem, Contestação e revolução na biblioteca de Vieira Couto. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, (27): 23-29, jul. 1990; e Idem, Um Iluminista holandês na biblioteca de Vieira Couto. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, (32): 24-29, 1990.

²⁴ ANTUNES, Álvaro de Araújo. Resquícios de leitura nas práticas advocatórias setecentistas em Minas Gerais. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA LEITURA E DO LIVRO NO BRASIL, I, 1998, Campinas. (inédito); Idem, *Espelho de Cem Faces: o Universo Relacional do Advogado Setecentista José Pereira Ribeiro*. Belo Horizonte: UFMG, 1999 [Dissertação de Mestrado]; Idem, Considerações sobre o domínio das letras nas Minas setecentistas. *Locus: Revista de história*. Juiz de Fora, 6(2): 9-20, 2000; e Idem, ‘Ver-me-ás folhear os grandes livros e decidir os pleitos’: a leitura desvelada nos processos judiciais. *Relações Luso-Brasileiras*, Rio de Janeiro (Número especial): 33-46, 2002.

²⁵ ALVARENGA, Thábata Araújo de. *Homens e Livros em Vila Rica: 1750-1800*. São Paulo: FFLCH-USP, 2003 [Dissertação de Mestrado] e Idem, *O Universo das Letras em Vila Rica Colonial: 1750-1800*. Mariana: UFOP, 1999 [Monografia de Bacharelado].

Reinado de Pedro I. Esforços de recomposição do acervo, instituição da Real Biblioteca do Palácio da Ajuda (distinta da Biblioteca do Infantado, que servia aos infantes), criação da Biblioteca Pública, transferência, em levadas sucessivas em 1810-1811, do acervo da Real Biblioteca do Palácio da Ajuda para o Rio de Janeiro, com a vinda da Corte e, após a Independência, indenização à Coroa portuguesa pela manutenção da biblioteca no Brasil (no valor de 800 contos de réis) – todas essas transformações aparecem no livro, mais as particularidades e os desafios cotidianos do trabalho de bibliotecários, em meio às mudanças das prioridades e das pessoas nos postos de governo²⁸.

As pesquisadoras da literatura Marisa Lajolo, Regina Zilberman e Márcia Abreu desenvolveram importantes estudos sobre a história do livro e das práticas de leituras. Lajolo e Zilberman (1991), preocupadas com a inserção social da literatura, vasculharam as estratégias editoriais e os textos dos próprios livros de literatura produzidos na Época Colonial e no início do Império, retirando, dos mesmos, informações preciosas sobre o público leitor e as práticas de leitura, por eles muitas vezes retratadas, ao longo de todo esse período: na medida em que os mesmos tinham sempre em mira atingir os leitores, propunham-lhes modos e práticas de ler²⁹. O tema da construção do leitor, da formação da leitura no Brasil, foi retomado pelas autoras, numa perspectiva temporal mais larga, chegando até a República, em livro publicado em 1996³⁰. Márcia Abreu, em dissertação de mestrado defendida em 1993 e publicada em 1999, dedica-se ao estudo da literatura de cordel, dos cordéis portugueses do período colonial aos do Nordeste dos dias hoje³¹. Em trabalhos subsequentes, veio a debruçar-se sobre a circulação de livros, as bibliotecas e as práticas de leitura no período colonial, priorizando os livros de cunho literário e recorrendo, sobretudo, a dois tipos de fontes: os próprios livros e as listas de livros encontradas na documentação dos

²⁸ VILLALTA, Luiz Carlos. Espelho do Brasil. *Folha de S. Paulo* (Jornal de Resenhas N^o 97), São Paulo - SP, v. Esp., p. 4-4, 14 jan. 2003.

²⁹ LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 59-86. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, historiadora, adotou procedimentos semelhantes, ainda que de modo pontual: a partir dos artifícios de retórica observados em um conjunto de impressos (panfletos, folhetos políticos e periódicos) publicados entre 1821 e 1822, infere que os mesmos foram redigidos segundo uma perspectiva oral e que se dirigiam a um público restrito (NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Cordundas e constitucionais: a cultura política no mundo Luso-Brasileiro – 1820-1822*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz, op. cit.*, p. 268).

³⁰ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

³¹ ABREU, Márcia. *História de cordéis e folhetos*. Campinas: Mercado de Letras - Associação de Leitura do Brasil, 1999.

tribunais censórios portugueses. Em comunicação apresentada em 1999 e publicada em 2000, Abreu examina os livros remetidos de Lisboa para o Rio de Janeiro, arrolados em listas submetidas aos tribunais censórios portugueses entre 1768 e 1822, constatando que as obras de Belas Letras mais enviadas para o Rio de Janeiro foram: *Les Aventures de Télémaque*, de Fénelon; *Selecta Latini*, de Pierre Chompré; *Histoire de Gil Blas de Santillane*; de Alain René Lesage; *História do Imperador Carlos Magno, e dos doze pares de França*; *Les Mille et Une Nuits*, de Antoine Galland; *Obras poéticas de M. M. de B. du Bocage*; *Lances da Ventura, acasos da desgraça e heroísmos da virtude*, de D. Felix Moreno de Monroy e Ros; o *Feliz independente do mundo e da fortuna*, do padre Teodoro de Almeida; *Caroline*, de Isabelle de Montolieu; e *The Complaint or Night Thoughts on Life, Death, and Immortality*, de Edward Young³². Em capítulo publicado em 1999, a mesma autora analisa os tratados setecentistas sobre o modo de ler as Belas Letras, procurando com isso reconstituir os modos de ler prescritos nos mesmos. Compreendendo que esses lançam alguma luz, se não sobre as práticas efetivamente realizadas, ao menos sobre o que se esperava como leitura adequada, Abreu constata uma “discrepância entre as preferências do público e os modelos de leitura difundidos pela escola e pelos homens”, do que conclui que os eruditos podem ter contribuído para a difusão da idéia de que os brasileiros não se interessavam pela leitura e, ainda, que, se “havia algum desinteresse, ele era dirigido para um tipo peculiar de texto e não para o conjunto das obras de belas letras”³³.

Tendo ainda o Rio de Janeiro como alvo, mas agora recorrendo a outra documentação – os inventários *post mortem* encontrados no Arquivo Nacional, nos quais são arrolados livros, dentre os bens dos inventariados –, a autora procura verificar se os romances, cuja entrada no Rio de Janeiro pôde detectar com constância nas listas de livros que se acham depositadas no fundo dos tribunais censórios nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, fazem-se presentes nos inventários cariocas. Nos inventários, Abreu nota uma estreita relação entre a composição das bibliotecas e as ocupações de seus proprietários, a presença expressiva de livros religiosos e mesmo de humanidades, e uma maior dispersão de títulos, um conjunto menos variado de obras de Belas Letras e um menor interesse por essas do que aqueles observados na documentação censória. A autora surpreende-se, ademais, com a ausência, nos inventários, dos títulos mais presentes nas listas supracitadas – sendo exceções *Marília de Dirceu*, *D. Quixote* ou *História*

³² Idem, *Leituras Coloniais. Atas do II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, São Paulo: FEUSP, 2000, p. 201-206.

³³ Idem, *Da maneira correta de ler: leituras das Belas Letras no Brasil colonial*. In: Idem (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: ALB, 1999, p. 249-260.

do Imperador Carlos Magno – e com a inexistência do “gênero romanescos nas estantes inventariadas”, constatação essa também feita por Maria Beatriz Nizza da Silva. Abreu ensaia algumas hipóteses para explicar o contraste entre inventários e a documentação censória, particularmente no que se refere ao romance: esse se encontraria por trás de rubricas pouco claras registradas nos inventários, os livros de romance teriam desaparecido por serem vítimas da fauna bibliófila ou motivo de uma maior circulação, ou ainda, não teriam sido armazenados por seus proprietários por não terem uso profissional e, por fim, porque não podiam funcionar como ornamento, utilização então comumente atribuída aos livros, na medida em que eram pouco vistosos (encontravam-se publicados em brochura, *in octavo*) e os mais baratos dentre os livros em circulação³⁴. Em *Os Caminhos dos Livros*, publicado em 2003, Abreu prossegue seus estudos sobre os livros, focalizando da censura à leitura, passando pela circulação e posse, centrando-se sobretudo nos livros de Belas Letras, com destaque para os romances e, do ponto de vista dos marcos espaciais e temporais, no circuito comercial de Portugal para o Rio de Janeiro, entre 1769 e 1822³⁵. Obra que oferece uma grande contribuição para a história do livro e que tem relação direta com o projeto aqui proposto, contudo, concentra-se no Rio de Janeiro, não sendo seu propósito examinar detidamente o que sucedia em outras localidades da América Portuguesa³⁶.

Minhas investigações sobre o livro e as práticas de leitura fazem parte desse amplo movimento historiográfico ocorrido no Brasil sob a influência dos trabalhos de historiadores estrangeiros. Na dissertação de mestrado apresentada à Universidade de São Paulo e intitulada *A ‘Torpeza Diversificada dos Vícios’: celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais* (1993), nos capítulos “O Diabo na Livraria dos Inconfidentes” (1992) e “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura” (1997) e no artigo “Os clérigos e os livros em Minas Gerais” (1995), analisei as bibliotecas coloniais, com destaque para as que pertenceram aos Conjurados de Minas Gerais de 1789 e aos clérigos mineiros, alguns desses envolvidos na Inconfidência. Em “Os clérigos e os livros em Minas Gerais”, sublinhei a diferenciação política

³⁴ Idem, Quem lia no Brasil colonial? In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, Campo Grande /MS, setembro 2001 [Inédito].

³⁵ Idem. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2003.

³⁶ Abreu chega, por exemplo, a quantificar as remessas de livros de Portugal para o Brasil entre 1769 e 1826 – Rio, 700 pedidos; Bahia, 700; Maranhão, 350; Pará, 200 e Pernambuco, 700 –, porém, não avança sobre o conteúdo das mesmas, exceto no caso daquelas destinadas ao Rio (ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros, op. cit.*, p. 27).

existente na composição das bibliotecas dos clérigos Inconfidentes, quando comparados aos outros sacerdotes mineiros que foram, mais ou menos, seus contemporâneos, enquanto em “O que se fala e o que se lê”, fui um pouco além, analisando as práticas de leitura e as apropriações dos livros feitas pelos leitores, sobretudo em Minas Gerais.

Em *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*, tese de doutorado defendida na USP em 1999, investiguei os usos do livro na Colônia, fazendo referências também a Portugal, principalmente nos anos compreendidos entre 1750 e 1808, mas, para compreender as especificidades desse mesmo período, recuando ao século XVI e estendendo-me até 1822. Na tese, primeiramente, tracei um quadro das referências culturais e dos alvos de ataque da censura portuguesa e dos leitores no período do Reformismo Ilustrado: de um lado, as teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica, os milenarismos e o anti-cientificismo e, de outro, a Ilustração e, ainda, as linhas gerais do Reformismo Ilustrado português, de Pombal ao Príncipe Regente D. João VI. Numa segunda parte, focalizei a atuação da censura e da Coroa em relação aos livros, isto é, os usos prescritos e interditados, avaliando os parâmetros censórios e suas modificações sob o Reformismo Ilustrado, acompanhando as práticas de controle e, inversamente, de difusão, que afetaram a circulação e a posse de livros e examinando as concessões de licença para a leitura de obras defesas. Na última parte, abordei os usos do livro no mundo luso-brasileiro, analisando a distribuição da posse de livros e a composição das bibliotecas, com destaque para aquelas encontradas em Mariana, identificando as concepções de uso formuladas pelos próprios leitores e examinando as práticas de leitura que acompanharam a formulação de proposições heréticas na Colônia e em Portugal, em especial entre 1769 e 1808, e aquelas que foram desenvolvidas pelos conspiradores de Minas Gerais, aliando a influência das Luzes às outras referências culturais. Na tese de doutorado, portanto, ao investigar os usos do livro, procurei demarcar os interesses e as perspectivas políticas que eram suas correlatas³⁷.

Uma proposta de pesquisa... Já em curso

Avaliando toda essa nova historiografia brasileira referente aos livros, às bibliotecas e às práticas de leitura no Brasil Colonial, é possível detectar algumas

³⁷ VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura*, op. cit.

limitações e lacunas, as quais justificam o desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre o comércio livreiro, a posse de livros, a composição das bibliotecas, as práticas e os ambientes de leitura na América Portuguesa, de meados do século XVIII até 1822, priorizando a compreensão, de um lado, dos sentidos políticos subjacentes ao comércio livreiro, à composição das bibliotecas, às práticas de leitura e à organização de ambientes para ler e, de outro lado, do lugar ocupado em tudo isso pelos Romances, examinando também, em relação a esse, além de seus conteúdos, tanto a política estatal quanto as apropriações políticas feitas pelos leitores. Tal projeto, cumpre salientar, integra um projeto maior, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), o Projeto Temático Fapesp *Caminhos do romance no Brasil – séculos XVIII-XIX*, elaborado sob a coordenação da Professora Dra. Márcia Abreu, do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade Estadual de Campinas, e integrado pela Profa. Dra. Sandra Gardini T. Vasconcelos, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e pelo Prof. Dr. Nelson Schapochnik, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, as duas primeiras, pesquisadoras da área de Literatura e o último, das áreas de História do Brasil e Prática de Ensino de História.

Na produção acadêmica em tela, nota-se, primeiramente, que os estudos não trazem uma análise quantitativa mais sólida e/ou que tenha como alvo a posse de livros, a composição das bibliotecas e o comércio livreiro, aí incluído o romance, no conjunto da América Portuguesa, e não pequenas em circunscrições dentro dessa. Uma segunda limitação reside no fato de boa parte dessas investigações não avançarem sobre o campo das práticas de leitura e das formas de apropriação das idéias contidas nos livros, exceto no interior de marcos geográficos e temporais bastante estreitos. Em terceiro lugar, vem o limite definido pelo próprio objeto de análise – as bibliotecas de indivíduos, de grupos, de instituições isoladas ou de determinadas localidades da Colônia – ainda que essa envolva a utilização, em maior ou menor escala, da quantificação e que esboce uma interpretação sobre a leitura e a recepção dos livros. Outro senão encontra-se entre os trabalhos que se voltam para a história das idéias, mormente as políticas: a falta do estabelecimento de conexões mais estreitas entre os livros e os leitores, tendo alguns autores limitado sua análise ao conteúdo dos primeiros. É importante mencionar também aqueles historiadores que não fazem uma história dos livros, mas uma história das idéias, voltando-se quase exclusivamente para os princípios expressos pelos leitores, motivo pelo qual passam dos conteúdos dos livros para as idéias daqueles sem se deterem – e não se poderia esperar deles o contrário, na medida em que isso escaparia aos seus objetivos – nas mediações

existentes entre os primeiros e as últimas³⁸. Enfim, a produção acadêmica brasileira sobre o livro na Colônia ressentia-se da falta de uma investigação que, ao mesmo tempo, tenha por delimitação territorial toda a América Portuguesa, se debruce sobre as bibliotecas e o comércio livreiro dentro desse espaço mais amplo, recorra a procedimentos de quantificação e, ainda, busque reconstituir as práticas de leitura, destacando em tudo isso o papel e o lugar do romance e a relação entre livros e ideário político.

Por que priorizar o Romance? Essa prioridade justifica-se, primeiramente, pelo olhar da própria censura de então³⁹. O mais importante Edital da Real Mesa Censória que se voltou contra os Ilustrados e os pensadores políticos modernos, datado de 24 de setembro de 1770, arrolava entre suas vítimas alguns romances. Tal edital combatia o deísmo, o materialismo e o ateísmo e nele se esboça uma determinada visão sobre a religião, o indivíduo, a sociedade e o império. Afirmava a primazia absoluta do cristianismo, única religião que, “pela excelência de sua Doutrina, e sublimes preceitos de sua moral”, poderia dirigir o coração do homem, iluminar o seu espírito, regular os seus ofícios e pôr “o mais forte freio às suas paixões”; única religião que faria com que o homem conhecesse “a influência da razão natural”, sujeitasse “as suas fracas luzes às superiores verdades de Revelação Divina, comunicadas pela escritura, e pela Tradição”. A religião conduziria o homem “à prática de todas as virtudes, e ao mais perfeito exercício das suas obrigações”, e o faria cômico da obrigação que devia a Deus e ao próximo. Aqui, portanto, primeiramente, vê-se implícita a necessidade de se aliar religião natural e religião revelada; em segundo lugar, concebese o cristianismo como a verdadeira e única religião; e, além disso, entende-se que um de seus papéis consistiria em nortear a conduta individual e social do homem, sujeitando-o à razão natural, restando suas paixões, fazendo-o agradecer a Deus e amar ao próximo. À religião caberia também outro papel: “Estabelece[r] a boa ordem, e o Poder do Governo Político: firma[r] a autoridade e proteção nos Soberanos: Assegura[r] a sujeição e obediência nos vassallos”, sendo o temor do juízo final um elemento que conteria o homem. Portanto, a religião instituiria a autoridade nos reis e a obediência nos vassallos, seria o fundamento da sociedade política⁴⁰.

³⁸ Tal postura é encontrada em: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No Rascunho da Nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992; ROUANET, Sérgio Paulo. *As Minas Iluminadas: A Ilustração e a Inconfidência*. In: NOVAES, Adauto (org.). *op. cit.*, p. 329-345; e MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801)*. Petrópolis: Vozes, 1979.

³⁹ Isso é o que procurei fazer em capítulo que se encontra no prelo: VILLALTA, Luiz Carlos. *Censura e “romances”: notas sobre as proibições, a circulação e a posse dos livros de prosa de ficção na América Portuguesa (1768-1821)*. In: ABREU, Márcia (Org.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas (no prelo)*.

⁴⁰ IANTT, *Real Mesa Censória*, Edital de 24 de setembro de 1770, Caixa 1, p.1-2.

Por essas razões, segundo o mesmo edital, a Coroa vinha combater os estragos que a “irreligião” estava a provocar “na maior parte da Europa”, ferindo os “Principios mais sagrados da mesma Religião, para invadir os mais solidos fundamentos do Throno” e para romper os vínculos que uniam os fiéis a Cristo⁴¹. Para tanto, o edital proibia inúmeras obras escritas por homens que se auto-denominavam *Espíritos Fortes, Filósofos*, podendo-se destacar, dentre eles, Ilustrados radicais e, ao mesmo tempo, outros pensadores, que defendiam a fé cristã. Dentre as obras e autores arrolados no edital censório em tela, vêem-se livros de prosa de ficção e, dentre eles, alguns romances. Podem ser citados, entre os primeiros, *The Grumbling hive, or Knaves turned Honest* e sua tradução para o francês intitulada *La Fable des Abeilles*, ou *Les Fripons devenus honnêtes Gens*, de Mandeville e, dentre os últimos, *Julie, ou la Nouvelle Heloise*, de Jean-Jacques Rousseau; *Le Sopha, Conte Moral*, de Claude Prosper J. de Crébillon Fils; *Candide, ou l’Optimisme*, de François Marie Arouet Voltaire; *Lettres Cabalistiques, Lettres Chinoises e Lettres Juives*, do Marquês d’Argens. Na última categoria, suspeito, encontravam-se: *Erreurs (les) Instructives, ou Memoires du Conte de****, *Lettres d’amour d’une Religieuse Portugaise écrites au Chevalier de C.*, *Lettres Philosophiques, & Galantes*, *Memoires Turques, ou Histoire galante de deux Turcs* e *Memoires de Mr. Versorant*, sem autoria discriminada.

A sanha da censura portuguesa contra os romances fazia sentido, uma vez que os filósofos das Luzes, como explica Peter Gay, “não hesitaram em tornar suas ficções em veículos para difundir seu programa”, tendo Diderot escrito, por exemplo, romances e estórias que, “mais do que expressar, pregavam as virtudes da sensualidade pagã”⁴². O romance, então nascente, roubava a cena da Teologia, constituindo-se no principal meio no qual os leitores encontravam idéias e atitudes⁴³. Adquirindo uma certa dignidade, veio a constituir “o gênero literário em que se exprime com a maior perfeição o gênio daquele tempo”⁴⁴. Mais especificamente, a literatura e o romance de viagem, ainda entre os fins do século XVII e os inícios do século XVIII, segundo Paul Hazard, “demoliam todas as instituições”: transportando-se para uma terra imaginária, colocavam em exame o “estado religioso, político e social do Velho Continente, mostrando que o cristianismo no geral, e o catolicismo em particular,” eram “absurdos e bárbaros, que os governos em geral, e a monarquia em particular”, eram “iníquos

⁴¹ Ibidem.

⁴² GAY, Peter. *The Enlightenment: an interpretation. The science of freedom*. New York: W. W. Norton & Company, 1996, p. 218.

⁴³ ●UTRAM, Dorinda. *The Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 21.

⁴⁴ VIGUERIE, Jean de. *Histoire et dictionnaire du temps des Lumières (1715-1789)*. Paris: Robert Laffont, 1995, p. 134.

e detestáveis, que a sociedade” devia “refazer-se totalmente”⁴⁵. O romance inglês, de fato, representou a grande novidade literária da primeira metade do século XVIII. Segundo Viguerie: “O *Robinson Crusóé*, de Daniel Defoe (1719) lança o gênero. A produção é abundante: inúmeros autores são mulheres [...] Mas os dois mestres do gênero, aqueles que vão lhe dar um caráter nobre, são Samuel Richardson (*Pamela* em 1740-1741 e *Clarissa* em 1747-1748) e Henry Fielding, autor de *Joseph Andrews* (1742), *David Simple* (1744) e *Tom Jones* (1749). O traço comum de todas essas histórias inglesas é que as personagens não têm nada de heróico, nem de particularmente exemplar. Elas são naturais, elas são normais, elas passeiam na vida real. Isso não as impede de ser tocantes. Em suma, o romance inglês assemelha-se com seus leitores”⁴⁶. Como observa Sandra Vasconcelos, o romance

buscava, na apreensão e representação do real, captar o movimento da vida contemporânea. Este, o realismo moderno, uma forma histórica que o romance soube incorporar como poucos, através do contato estreito com a vida cotidiana e com a experiência humana, fosse ela psicológica ou social; fruto “dos ideais iluministas, o romance surgiu na cena literária como expressão artística de um espírito democrático e, ainda que sua maleabilidade lhe tenha permitido acolher uma multiplicidade de vozes e valores morais, ele serviu sobretudo para exprimir uma certa visão de sociedade que os romancistas procuraram traduzir em termos artísticos. Nesse sentido, o novo gênero não se limitou a refletir os valores de seu tempo, mas ajudou a criá-los”⁴⁷.

No romance *Cândido ou o Otimismo*, publicado já em 1759, por exemplo, Voltaire faz uma série de críticas que atingem em cheio o colonialismo, a Inquisição portuguesa, os clérigos, a sacralidade da monarquia, os privilégios de nascimento e o culto das aparências pela nobreza, o que lhe confere um caráter político explícito. Afirma que as nações da Europa moviam-se por uma rapacidade incomensurável, por um “furor inconcebível”, para cuja satisfação não se titubeava

⁴⁵ HAZARD, Paul. *La crise de la conscience européenne (1680-1715)*. Paris: Fayard, 1994, p. 34.

⁴⁶ VIGUERIE, Jean de, *op. cit.*, p. 620.

⁴⁷ VASCONCELOS, Sandra G. T. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*, Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000, vol. 1, p. 6.

em ceifar a vida dos nativos da América e impor as mais cruéis punições aos escravos no Suriname⁴⁸. Ao focalizar o “país do Eldorado”, situado na América do Sul, não propriamente em território português, reino americano imaginário que teria sobrevivido incólume aos ataques dos espanhóis por estar rodeado de “rochedos inacessíveis e de precipícios”, fustiga os clérigos, pondo a personagem Cândido a interrogar um velho sobre a religião no país do Eldorado e, diante das respostas, a repetir uma das perguntas: “Não tendes frades que ensinem, disputem, governem, intriguem e mandem queimar as pessoas que não são da sua opinião?”. Ao que o velho, reiterando sua resposta, afirma: “Seria preciso que fôssemos loucos”⁴⁹. Portanto, o olhar sobre uma porção imaginária da América do Sul, ainda livre do domínio lusitano ou castelhano, presta-se à pregação anti-clerical e pró-tolerância do grande filósofo. Igual sentido têm as críticas que faz diretamente a Portugal. Primeiramente, pinta o Reino como lugar de estupidez, o que se evidenciaria na decisão (imaginária, na realidade) dos “sábios” da Universidade de Coimbra de realizar um auto-de-fé após o terremoto de Lisboa – “o espetáculo de algumas pessoas queimadas a fogo lento, em grande cerimonial, era um meio infalível de impedir a terra de tremer”. Depois, mostra que a ação do inquisidor-mor guiava-se também por interesses profanos e privados, na medida em que, além de “afastar o flagelo dos tremores de terra”, prestava-se para intimidar o banqueiro judeu Issacar, cuja concubina lhe interessava⁵⁰. Em todo o seu percurso, ademais, vivendo inúmeras desventuras, Cândido, seguidor do otimista Doutor Pangloss, vê seu otimismo-verdade negado pelos fatos que recheiam sua trajetória, chegando a bradar, após conhecer os horrores da escravidão a que se submetiam os escravos negros do Suriname: “Oh, Pangloss, Pangloss! [...], não adivinhaste esta abominação. Pouco faltará para que eu tenha que renunciar ao teu otimismo”⁵¹. Toda essa construção denota que, para Voltaire, a história ensinava não por meio dos modelos prescritivos ou negativos que oferecia, dentro da chave ciceroniana da “História como mestra da vida”, mas pela experiência, aquela vivida por Cândido e fruída pelos leitores do livro, pondo-se em xeque, por esse artifício, verdades estabelecidas *a priori*, seja por pensadores, como Wolff, seja por outras instituições. Se a indução, a observação e a experiência são defendidas como estratégias para a construção do conhecimento, em relação à utopia social, Voltaire apresenta a defesa de uma ordem que valorize o trabalho. Com efeito, Cândido diz ao sempre otimista Pangloss: “o que é preciso é cultivar

⁴⁸ VOLTAIRE. *Cândido ou optimismo*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d., p. 76.

⁴⁹ Ibidem, p. 75-77.

⁵⁰ Ibidem, p. 30 e 36-37.

⁵¹ Ibidem, p. 83-84.

o nosso jardim”⁵². No romance de Voltaire, enfim, encontram-se críticas políticas, muitas delas voltadas explicitamente contra Portugal, engolfando, em movimentos articulados, a Inquisição, o colonialismo e, até mesmo, a monarquia. Por todas essas razões, era de se esperar que a censura portuguesa não deixasse a prosa de ficção e, especialmente, os romances, de fora de suas proibições.

Político pelo conteúdo que trazia, interdito em função dos interesses políticos da monarquia portuguesa, *Cândido* teve leitores no mundo luso-brasileiro. Jerônimo Francisco Lobo, estudante na Universidade de Coimbra, natural de Vidães, patriarcado de Lisboa, apresentou-se à Inquisição de Coimbra, aos 14 de abril de 1778, implicando três outros colegas seus e a si mesmo em várias proposições e práticas contrárias à fé católica, sendo declarada por ele a influência de Voltaire, havendo a possibilidade de que o *Cândido* estivesse entre os livros deste autor. Segundo palavras do apresentado, seus “erros religiosos” eram nutridos com seus colegas “em diversos livros ímpios”, “expondo-os e ensinando-os aos malvados comp^{ros}. da sua impia Socie^{dc}”; chegara a assinar um papel como Voltaire e o louvava, assim como a Frederico II, rei da Prússia, Rousseau e Mirabeau⁵³. Outro exemplo é Diogo de Villasboas Trovão, da Vila de Barcelos, que, em 1793, “vio em poder do seu Irmão Antônio Norberto Barbosa Trovão hum livro de Voltaire, intitulado *Optimismo*, e hum manuscrito em folheto, ambos pertendião destruir a existencia de Deos, os quais livros elle Diogo cre que o seu Irmão os emprestara o D^{or}. João Luis Pereira da Costa, filho de Maria Pereira de Bos, e julga o ditto Diogo q elles erão do Prior [...] Antonio Fernando, porque seu irmão os levava hua noite para caza delle, e os não trouxe mais”⁵⁴. De toda essa história, pode-se concluir que o romance de Voltaire, mesmo proibido, circulou por várias mãos, sendo lido inclusive pelo denunciante, o qual a partir da leitura depreendeu um objetivo anti-religioso para o mesmo livro. Se o mesmo não o leu, ao menos soube do conteúdo dele pelo próprio irmão. Aqui, portanto, temos apropriação e circulação subterrânea de *Cândido*, na Vila de Barcelos. Anos mais tarde, um leitor ilustre, tirou dele uma lição: D. Pedro I. Numa carta escrita após a abdicação de Carlos X, em 1830, o Imperador D. Pedro I escreve que, ao contrário do que fizera o monarca francês deposto, ele continuaria fiel à Constituição, para que não lhe acontecesse o mesmo que na “sátira de Voltaire”, na qual, entre “seis diferentes personagens que foram passar o carnaval em Veneza”, haveria um que diz “eu sou o rei fulano que por ter perdido isto e aquilo vim

⁵² Ibidem, p. 145.

⁵³ Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT), Inquisição de Lisboa, Caderno do Promotor N^o. 130, Livro 319, 1778-1790, p. 65-78.

⁵⁴ (ANTT), Inquisição de Coimbra, Caderno do Promotor N^o. 119, Livro 311, Denúncia N^o. 20.

passar o carnaval em Veneza”⁵⁵. Pedro I aduzia: “Eu não quero... dizer se me perguntarem: fui o Imperador fulano do B. que por tolo vim passar o carnaval nos Estados Unidos”⁵⁶. O livro de Voltaire, assim, forneceu ao Imperador um conhecimento útil – ainda que, como assinala, Rouanet, o Imperador, seis meses depois, tenha-se tornado um soberano no exílio – para refletir sobre o exercício e a manutenção do poder, o que sublinha o caráter político do conteúdo da obra, ao lado dos seus aspectos corrosivos.

Não se pode pensar que apenas os romances franceses apresentaram essa inquietude em relação aos embates e aos projetos político-culturais de então. No próprio Portugal, isso era patente, como exemplifica *O Piolho Viajante*, de Antônio Manuel Policarpo da Silva (1802), obra que narra as desventuras de um piolho que passa de cabeça em cabeça, apresentando uma galeria de personagens que parecem remeter a tipos sociais da sociedade portuguesa, todos eles tendo em comum a desonestidade e o desempenho inadequado de suas ocupações. Se a Coroa portuguesa, desde a ascensão de D. José I e do poderoso ministro Sebastião José de Carvalho e Mello realizava Reformas inspiradas nas Luzes, procurando, dentre outras coisas, modificar o panorama educativo e cultural lusitano assentado na Escolástica e que privilegiava a Teologia, priorizando, pelo contrário, a formação de indivíduos que se interessassem pelas ciências naturais ou pelas atividades comerciais, sendo o Curso de Filosofia uma das inovações, Antônio Policarpo zombava dos resultados práticos dessa perspectiva régia. Criticava as novas posturas filosóficas então correntes, mais precisamente a observação e um pseudo-discurso igualitário, fazendo, então, por meio da personagem do Filósofo, uma caricatura dos que eram egressos dessa nova formação. Dizia, então, em *O Piolho viajante*:

O Filósofo deve ser observador, dizia ele, não lhe deve escapar nada útil. O inútil é que deve separar de si. Que é comer

⁵⁵ Apud ROUANET, Sérgio Paulo. Voltaire e a Modernidade. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro (118-119):5-24, 1994, p. 9. A passagem de *Cândido* aludida por D. Pedro I encontra-se no capítulo XXVI, intitulado “De uma ceia que Cândido e Martin tiveram com seis estrangeiros e quem eles eram” (VOLTAIRE, *op. cit.*, p. 124-128). Segundo o romance, não apenas um dos seis reis havia sido destronado: isso teria sucedido ao sultão Achmet III, a Ivã, imperador de todas as Rússias, a Teodoro, outrora rei da Córsega e também ao “rei dos Polacos”; Carlos Eduardo, rei da Inglaterra, teria visto seus pais abdicarem nele os “seus direitos”, herdando, portanto, a falta de trono (Ibidem, p. 126-127). A leitura de Pedro I, precisa em relação aos riscos de perder o trono, foi inexata no que se refere aos “fatos” narrados por Voltaire.

⁵⁶ Ibidem, p. 9.

bem?, dizia ele. Que loucura é esta dos homens trabalharem com tanto cuidado, por fazerem diferença de bacalhau à galinha? De sege, a andar a pé? De tudo a mediania. Que loucura, pobres meus iguais! O comer, em passando da garganta para baixo, tanto importa comer palha como pato. A baeta abafa mais que a seda. A sege faz o homem como espécie de centopeia, que precisa muitas pernas para andar, e todos fugimos dela, como peçonhenta. Mas reparava eu no meu Filósofo que, se o convidavam para jantar, sempre comia do melhor que vinha à mesa⁵⁷.

O discurso igualitário, como se vê, seria, na realidade, hipócrita, pois o Filósofo, que desconsiderava as diferentes qualidades das iguarias, fartava-se de comer somente das melhores durante o jantar. Policarpo, ao mesmo tempo, não deixava escapar a contradição que havia entre a prática e o discurso do Filósofo, pondo na boca do Piolho a seguinte afirmação crítica em relação a um dos aspectos do Reformismo Ilustrado português: “Que diabo de Filosofia é esta?, dizia eu comigo. Não faz nada do que prega; não tem ofício de Missionário; não lhe dão nada por isto. É mania!”⁵⁸ Curiosamente, o já citado d. Pedro I usou o pseudônimo Piolho Viajante⁵⁹, do que se deduz que, além do *Cândido*, tenha lido o romance de Antônio Policarpo. Por todas essas razões, enfim, a escolha dos romances por este projeto também se justifica.

Conclusão

O balanço historiográfico feito, bastante sucinto, indica as fontes, métodos e preocupações da produção acadêmica brasileira sobre o livro e a leitura no Brasil Colônia. Desde a década de 80, os trabalhos, influenciados pelos modelos estrangeiros e também pelas investigações dos precursores, têm contribuído para inúmeros avanços, trazendo à luz um universo outrora só tangenciado – posse de livros, composição de bibliotecas, comércio livreiro, práticas de leitura –, freqüentemente

⁵⁷ SILVA, Antônio Manuel Policarpo da. *O piolho viajante (1802)*. (<http://www.unicamp.br/iel/memoria/MargensdoCanone/Piolho/index2.htm>)

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ BIGNOTTO, Cilza. O Piolho Viajante, agora na rede. Apresentação. (<http://www.unicamp.br/iel/memoria/MargensdoCanone/Piolho/index2.htm>)

esbarrando em limitações espaciais e temporais, muitas vezes assentando-se numa análise qualitativa, tudo isso em função das dificuldades impostas pelas fontes ou pela natureza do próprio objeto que delimitam. O projeto ora em curso, buscando contribuir com toda essa efervescência, almeja ultrapassar os limites geográficos respeitados até agora, tentando formular uma visão do conjunto da América Portuguesa (não tendo a pretensão, obviamente, de tratar de toda a mesma), usando métodos quantitativos e, ainda, focalizando os Romances, cuja importância em termos de leitura e influência, na passagem do século XVIII para o século XIX, afigura-se enorme.

Resumo

Desde os anos 1980, a produção acadêmica sobre o livro e a leitura no Brasil Colônia vem se desenvolvendo de forma acentuada. Este artigo faz um balanço desses estudos, primeiramente, indicando a perspectiva que lhes é comum e mostrando sua presença antes mesmo da circulação das investigações estrangeiras que hoje nos servem de modelos. Depois, analisa as pesquisas realizadas pelos precursores, cujos trabalhos foram publicados antes da década de 80 do século passado e, em seguida, os trabalhos desenvolvidos posteriormente. Por fim, propõe uma pesquisa sobre o Romance.

Palavras-chave: história do livro e da leitura; Brasil Colonial; romance

Abstract

Since 1980, the academic production concerning the book and the reading in Brazil Colony has developed in a pronounced way. At first, this article review those studies, showing the perspective which is shared, and presenting their presence even before the foreigner inquiry circulation which today serve us as pattern. Later on, analyses the research done by the predecessors, whose works were published before the decade of the eighty of last century and following, the works done later. To put an end to, proposes a research about the novel.

Key-words: History of the book and the reading; Brazil Colony; novel